

Papel e celulose, setor que interessa aos bancos

por Isabel Nogueira Batista
de São Paulo

Uma das formas encontradas pelos bancos credores do Brasil para diminuir a *exposure* de suas carteiras devedora de empréstimos ao País, ou seja, reduzir o seu nível de comprometi-

mento com relação à dívida brasileira, foi a conversão, pelo valor de face, de seus títulos de crédito, depositados no Banco Central (BC), em participação acionária junto a empresas brasileiras.

Nesse tipo de mecanismo encaixa-se a operação, concluída em maio do ano passado por dois bancos credores do Brasil, de transformar US\$ 25 milhões de empréstimos de médio prazo em participação de 28,7% no capital da empresa brasileira Papel e Celulose Catarinense (PCC), controlada pela holding Klabin.

O Bank of Scotland e o Northwest Minneapolis adquiriram a participação acionária da referida empresa, correspondente ao volume de capital, com direito a voto, que permanecerá em mãos da International Finance Corporation (IFC) durante vinte anos. Esse órgão, subsidiário do Banco Mundial (BIRD), participa de investimentos diretos realizados em países em desenvolvimento.

A IFC participou da fundação da PCC, em 1967, como sócia minoritária, enquanto a Indústria Klabin de Papel e Celulose (IKPC)

entrou com os restantes 71,3% do capital inicial. "A conversão dos créditos desses dois bancos em participação acionária na PCC liberou recursos da IFC para a realização de novos investimentos", comenta o diretor-financeiro do grupo Klabin, Horácio Cherkassky. Cada um dos dois bancos credores converteu US\$ 12,5 milhões na compra das ações pertencentes à IFC. Na opinião do advogado representante do Northwest Minneapolis, José Roberto de Camargo Opice, a IFC constitui a única fonte nova de empréstimos para o País. "Como órgão supra-nacional, ela tem o compromisso de fazer reingressar os recursos resultantes dessa operação no Brasil", explica Opice.

Na opinião do advogado,

poucos bancos têm como tradição participar de investimentos de longo prazo, por se tratar de créditos "de difícil recuperação". Como a cessão de títulos brasileiros, no mercado secundário, acaba representando, para os bancos, o registro de um prejuízo muito grande, devido ao deságio de até 50% (ver matérias neste relatório), a conversão de dívida, apesar de envolver investimentos num país considerado "de risco" e implicar uma perda, mas menor (27% de deságio), aparece como uma opção de valorização do capital empataado. Segundo Opice, mesmo quando a conversão de dívida é feita pelo valor de face dos títulos os bancos credores registram a operação nos seus livros como uma "perda".